

Expectativa otimista cerca novos parlamentares

30

Previsões e estudos apontam bancadas mais experientes e éticas, mas também mais paroquiais

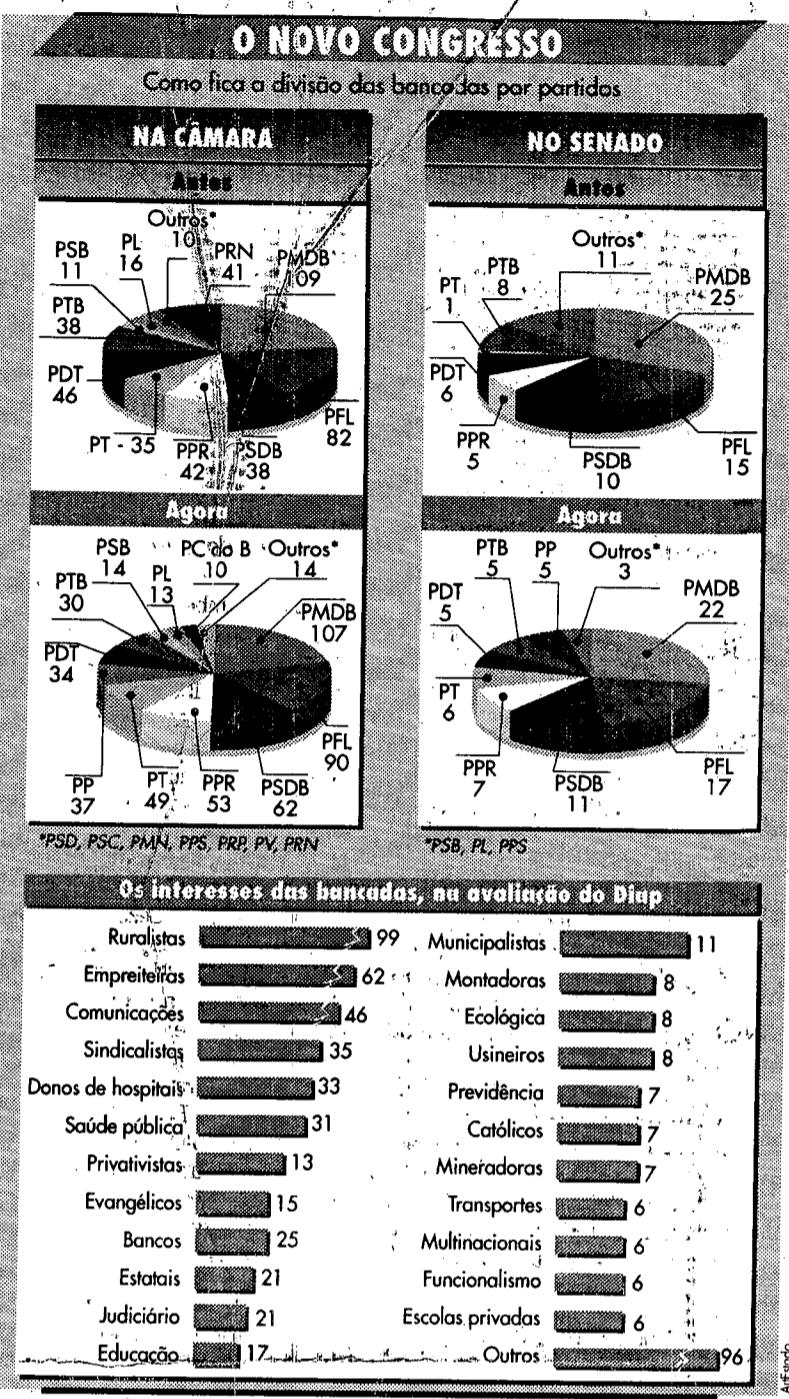
BRASÍLIA — A leitura do boletim final do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições para o Congresso revela, considerados apenas os números, que os deputados e senadores que tomam posse amanhã e deverão realizar uma reforma constitucional representam parcela minoritária do eleitorado e menor ainda do povo brasileiro. Os 513 deputados foram eleitos por 25 milhões de eleitores, 26% do total de 94 milhões. Os 54 senadores que assumirão amanhã tiveram 46 milhões de votos, menos da metade do eleitorado e menos de um terço da população.

Então, se as contas tivessem na política a mesma precisão que têm na aritmética, uma das conclusões a que se poderia chegar sobre a composição do novo Congresso é a de que se trata de um Legislativo pouco representativo da sociedade. Outra conclusão que não escapa ao risco de ser apenas um equívoco: o governo tem o apoio de 398 parlamentares de seis partidos — PMDB, PFL, PSDB, PP, PTB e PL — e com essa maioria fará o que bem entende. Até o governo sabe que não é assim: na aritmética a soma de dois mais dois é simples e dá quatro; na política a tentativa de somar dois mais dois pode até dar quatro, mas também pode dar cinco ou zero.

Esse ensinamento básico foi lembrado ontem por um parlamentar experiente, hoje instalado no Ministério, diante de uma papelada imensa recebida de cinco empresas e institutos de consultoria que desde a eleição se dedicaram a bisbilhotar arquivos e ouvir depoimentos para traçar o perfil do futuro Congresso. Os cinco documentos expõem, em meio a um ou outro dado de investigação mais profunda, conclusões semelhantes: vem aí um Congresso mais experiente na atividade política, mais exigente nas negociações internas e com o governo e mais paroquial ou provinciano nas suas propostas e reivindicações.

Será também, dizem os pesquisadores, um Congresso atento à fiscalização da sociedade de sobre o respeito à ética. Deputados como Moisés Lipnik (PTB-RR), a quem um dossiê do Banco Central acusa pela prática de fraude, seriam exceções.

A experiência política e mesmo parlamentar do Legislativo que o País terá a partir de amanhã é flagrante. De seus 594 deputados e senadores, os novatos mesmo mal passam de 150. As pesquisas indicam que 307 foram reeleitos, mais 59 já foram deputados, 27 foram ministros, 49 governaram municípios e 40 governaram Estados. Tantas pessoas com tanta experiência justificam outros dois dados comuns das pesquisas: maior exigência de informações e de debate e maior atenção aos eleitores de suas regiões.



Essa síntese do perfil do Congresso é suficiente para apontar, em caráter preliminar, duas consequências possíveis: o Legislativo deverá ser mais ágil, sob o ponto de vista operacional, e menos dócil ao Executivo, sob o ponto de vista político. Equivale a dizer que deverá funcionar melhor e decidir mais com maior rapidez, ao mesmo tempo em que deverá frear o ímpeto do governo de editar e reeditar medidas provisórias — e exigir do Executivo ampla capacidade de negociação.

O governo já abriu o debate com seus aliados sobre a reforma constitucional. Mas antes de que envie ao Congresso suas emendas para a reforma fiscal, a tributária, a previdenciária e a da Ordem Econômica, o Legislativo terá que dar destino a 65 medidas provisórias; ao projeto que institui pensão vitalícia para ex-presidentes; ao projeto que limita a 60% da receita da União, dos Estados e dos Municípios os gastos com funcionalismo; ao projeto que muda para 1º de julho o início do ano fiscal e ao que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano. No Senado, continua a tramitar a proposta de rolagem da dívida do governo de São Paulo. (Robson Barenho)



HÁ 65
MEDIDAS
PROVISÓRIAS
PARA VOTAR